



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania [ST]

COMUNICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÕES E COBERTURA MIDIÁTICA

PUGNALONI, Clara Maria

Doutora em Ciências Sociais

Universidade de São Paulo

clarapugnaloni@usp.br

OLIVEIRA, Dennis

Doutor em Ciências da Comunicação

Universidade de São Paulo

dennisol@usp.br

Resumo

A busca pelo acesso às tecnologias da informação e à comunicação irrestrita, para alavancar o desenvolvimento humano e a construção permanente de cidadania, traz em si a complexidade do inacabado. As rebeliões iniciadas no norte da África mostraram o conflito latente por anos de subjugo, desrespeito aos direitos humanos, cerceamento do direito à informação, à comunicação e à liberdade de imprensa. Tais como em Estados Fracos Falhados e em Colapso. E contra o que se pronunciou o lendário Relatório MacBride e sua Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação (NOMIC). Mais de trinta anos depois as recomendações da Comissão da UNESCO, de que a comunicação fosse um instrumento para a instauração da paz, da democracia e do desenvolvimento para *todos* os povos, dando voz às pessoas em todo o mundo, ainda estão por se concretizar. O uso da internet e das redes sociais, no entanto, modificou o cenário possibilitando o surgimento da Autocomunicação de Massas. Essa permitiu projetar mensagens de muitos para muitos em incontáveis redes e transmitir a informação digitalizada para todo o mundo. Do local para o global. Essa autonomia da comunicação é essencial aos movimentos sociais por permitir a sua formação, a sua relação com a sociedade e por contrapor o poder de comunicação dos poderosos. Os movimentos iniciais de revolta na África em 2011 instauraram uma realidade de comunicação próxima aos preceitos da NOMIC. Nascidos da indignação, tendo como ponto inicial o sentimento de empoderamento dos atores sociais, os movimentos propagaram-se ao Brasil. A nova forma de comunicação, individual e em rede, tornou realidade a eclosão das manifestações iniciadas em junho de 2013. E esta forma de protesto está ativa por todo o país.

Abstract

The urgency for unrestricted access to information and communication technologies carries the promise of improving human development and assuring citizenship. However, such goal makes us face the complexity of all things ever unfinished. The conflicts recently started in northern Africa reveal the latent rage coming from years of subjugation, human rights abuses and limited right to information, communication and press freedom. That is what happens in Weak, Failed and Collapsed States. Against that goes the legendary 1980 MacBride Report and its perspective on a New World Information and Communication Order (NWICO). More than thirty years after, the UNESCO Commission recommendations are still to be fulfilled, meaning the assumption of communication as an instrument of peace, democracy and development available for all people, giving voice to the peoples of the world. Nevertheless, we believe that the use of the internet and of social media networks has changed the scenario, enabling the emergence of a sort of Mass Self Communication. Such process allowed the communication of many to many people using an uncountable number of networks, thus spreading digitalized information to the entire world. From local areas to global. This communication autonomy is essential to social movements for it allows their very establishment, their relationship with society and also making opposition to powerful communication institutions. The 2011 rebellious movements in Africa started a new communication reality closer to NWICO rules. They were born from outrage, believing in the feeling of empowerment of the social actors. Soon enough the same kind of social movements got to Brazil. A new communication perspective, focused on the individual and in the establishment of networks, brought to life the protests that started in the country in June 2013. This form of reaction is alive all around the country.

Palavras-chave: Comunicação; Desenvolvimento; Autocomunicação de Massa; Cobertura midiática

Keywords: Communication; Development; Mass self communication; Media coverage

1. Tudo é Comunicação

A moderna noção de Comunicação, após a contribuição Wiener (1952) ao propor uma visão de mundo global e unificada em seu entorno, foi deslocada de um tema importante para o centro de todas as coisas. Os modelos de comunicação e de comportamento passaram a ser os pontos de referência para a orientação do mundo. E o papel dos media, indiretamente, o instrumento essencial para o homem reagir adequadamente ao mundo. O *Homo communicans* de Wiener foi associado à metáfora que faz a ligação entre o cérebro humano e o computador. Essa passou a ser entendida como o encontro entre a operacionalização técnica da linguagem e a inovação do domínio das técnicas que possibilitaram impor a palavra sob a forma de uma *mensagem*. Para Weaverⁱ (1949 apud Steinberg, Charles, 1970, p. 36-37) a comunicação incluiu todos os processos pelos quais um espírito poderia influir em outro, bem como uma interação social significativa. Wiener, posteriormente, criticou a utopia da inteligência artificial, derivada do pensamento cibernético, ao afirmar que o papel da nova tecnologia sob o capitalismo seria o de potencializar a exploração dos trabalhadores. Como reforça Bradbrook (2009) Wiener percebeu que ao invés de criar mais tempo de lazer e melhorar os padrões de vida, a informatização da economia sob o fordismo aumentaria o desemprego e cortaria os salários. Wiener, em sua análise tardia, prenunciou que a cibernética provava que a inteligência artificial ameaçava as liberdades da humanidade.ⁱⁱ

Foi imposta uma unidade profunda entre todos os setores relacionados à comunicação que, longe de se processar nas diferentes técnicas materiais da comunicação, surgiria de forma mais contundente como uma unidade no plano da ideologia ligando-os no interior de um mesmo sistema de valores e de representações do mundo. Essa ideologia faria da *ação de comunicar* um dos imperativos essenciais das ideologias de nossa sociedade apresentando-se como um recurso das ideologias políticas ou como alternativa às ideologias políticas. E é extremamente utópica em certos aspectos por evocar uma “sociedade da comunicação” transparente, racional, consensual e pretensamente harmoniosa (Breton *et al.*, 2000).

1.1. Comunicação e utopia

Na mesma linha de pensamento Bradbrook (2009) apresenta a sua crítica: os políticos e acadêmicos afirmaram que seria iminente a consolidação da sociedade da informação. O que se configurou com a cobertura dos meios de comunicação, a crescente sofisticação e rápida proliferação dos computadores pessoais, satélites, sistemas a cabo, celulares, videogames e a internet. Entretanto, sublinha Bradbrook (2009), apesar do período de tumulto e transformação dos últimos 40 anos – com as mudanças climáticas, epidemia de AIDS, o território islâmico e o amortecimento das dívidas exorbitantes dos países do Sul, o conceito de futuro computadorizado, a utopia da inteligência artificial permaneceu fixo. Como o previsto no advento da cibernética. Bradbrook reitera que o presente está em constante mudança, mas o que se imagina de futuro é sempre o mesmo.

È feita uma leitura crítica contemporânea ainda por Mozorov (2011a) ao colocar que a pretensa liberdade proporcionada pela internet não passa da *doutrina do Google*. Classificou de ciberutopia a convicção estusiasmática de que a tecnologia possa ter um poder libertador. Mozorov (2011a) afirma ser ingênua a crença de que a comunicação *on line*, derivada do precursor pensamento cibernético, possa ter uma natureza emancipatória. Convicções ciberutópicas deram origem a um *internetocentrismo* o que se configura em dogma altamente desorientador. Esse propicia um mascaramento do contexto que, como afirma Mozorov (2011b), induz os decisores políticos a acreditarem que possuem um aliado útil e poderoso ao seu dispor.

1.2. Comunicação como direito

A concepção iniciada por Wiener ampliou-se e, nos anos 1960, Jean D’Arcy aborda o “direito à comunicação” quando afirmou que chegaria o dia em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos teria que incluir um direito mais amplo que o direito do homem à informaçãoⁱⁱⁱ. O reconhecimento do direito de comunicar-se é essencial no intento de que a governabilidade global das “sociedades da comunicação” considere a preocupação com o respeito aos direitos humanos.^{iv} (Harmelink, 1994). Isto significaria não aceitar os estados, mercados ou as tecnologias como diretrizes. Mas que os interesses dos povos fossem as diretrizes do modelo de mundo a ser seguido.

Comunicar é dividir significados mediante a troca de informação. O processo de comunicação se define pela tecnologia da comunicação, as características dos emissores e dos receptores da informação, seus códigos culturais de referência, seus protocolos de comunicação e o alcance do processo. O significado somente poderá ser compreendido no contexto das relações sociais em que se processam a informação e a comunicação (Schiler, 2007). E o processo será essencial para outra forma de comunicação que busque (i) ser um processo inclusivo e horizontal, (ii) constituir-se alternativa aos interesses políticos e comerciais hegemônicos, (iii) restituir o valor a terminologia *social* e (iv) rechaçar o mercantilismo dos meios massivos (Dragón-Gumúcio, 2007). A Comunicação para o Desenvolvimento, fundamentada por esses princípios, é um processo social baseado no diálogo, que utiliza uma ampla gama de ferramentas e métodos com o objetivo de partilhar conhecimento e competências. E, que visa construir políticas e promover debates que resultem em mudança significativa e sustentada em direção ao desenvolvimento e ao bem comum (FAO, 2007).

A difusão da internet possibilitou a comunicação interativa em tempo real ou em um momento concreto permitindo a expansão da Comunicação para o Desenvolvimento. E o uso da internet e das redes sociais viabilizou o surgimento da Autocomunicação de Massas. Essa se constitui em comunicação de massas por projetar mensagens de muitos para muitos. Pode chegar a inúmeros receptores e conectar-se a incontáveis redes que transmitem a informação digitalizada para todo o mundo, do local para o global (Castells, 2011b, 2012). E autocomunicação porque o emissor decide a mensagem de forma autônoma, designa os possíveis receptores e seleciona as mensagens das redes de comunicação que deseja recuperar.

2. Comunicação e complexidade

A Autocomunicação de Massas se baseia em redes horizontais de comunicação interativa que, em grande parte, os governos e empresas têm dificuldade de controlar. A comunicação digital, multimodal, permite uma referência constante a um hipertexto global de informação cujos elementos, reforça Castells (2012), o comunicador pode mesclar de acordo com seus projetos e interesses. Assim, a Autocomunicação de Massa proporciona a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, individual ou coletivo, frente às instituições da sociedade. O que provoca, de acordo com Castells (2012), de um lado temor de empresas e governos que tentam obter benefícios e limitar seu potencial de liberdade controlando o intercâmbio de arquivos na internet. E, de outro, na concepção de Castells (2012) um poder antes inexistente para o ator social.

A autonomia da comunicação é essencial aos movimentos sociais por permitir a sua formação, sua relação com a sociedade e tangenciar o controle do poder de comunicação dos poderosos. Foi comum aos movimentos que eclodiram pelo mundo, como nos multiplicados pelo Brasil em 2013, ter como ponto inicial o sentimento de empoderamento dos atores sociais, decorrente do sentimento de indignação. E que subsistiram ao superarem o medo do poder com a união estabelecida nas redes sociais e desdobrada às comunidades do espaço urbano, como pondera Castells (2012). Essa nova geração de ativistas descobriu nova forma de pressão por mudanças políticas a partir da indignação, capacidade de comunicar-se e organização autônoma - fora do alcance dos controles político, econômico e midiático hegemônico -, pelas redes sociais (Castells, 2012, Hessel, 2011a, 2011b, Ramonet, 2012).

O fenômeno a ser analisado se constitui uma nova forma social de comunicação maciça, mas produzida, recebida e vivenciada individualmente que, na visão de Castells (2011a), foi recuperada em todo o mundo pelos movimentos sociais. As Redes Sociais, tecnicamente formas de comunicação que fazem parte da internet e do desenvolvimento dos telefones celulares, incitaram os manifestantes às ruas. Hoje mais de dois terços dos habitantes do planeta podem comunicar-se por meio de um celular - mesmo onde não exista eletricidade e linhas de telefone fixo - num espaço de tempo muito curto. O que representa um deslocamento do poder das instituições aos cidadãos no que se refere à comunicação.

Uma rede é um conjunto de nós interconectados que podem ter maior ou menor relevância para o conjunto da rede, sendo os mais importantes são denominados *centros* na teoria das redes. Todo e qualquer componente da rede, inclusive os *centros*, é um nó. E sua função e significado dependem dos programas da

rede e a interação com os demais nós. Os nós são relevantes para a rede na medida em que absorvem mais informação importante e a processam mais eficientemente. São todos igualmente necessários para o funcionamento da rede. A importância relativa de um nó, para Castells (2011b), decorrerá da capacidade em contribuir para a eficácia da rede em atingir seus objetivos de acordo com valores e interesses programados. Os nós se alastraram por praticamente todas as atividades sociais, impulsionados pela convergência em banda larga com tecnologias móveis, por interconexões com mídias digitais e pela exploração de recursos informáticos. Não há limites para o tráfego de dados e imagens. No centro ou periferia, apenas o entrelaçamento de percursos (Moraes, 2013).

3. Comunicação e a (re) construção social e política

Na vida social as redes são estruturas comunicativas, Castells (2011b). E as redes de comunicação são as pautas de contato criadas pelo fluxo de mensagens entre diferentes comunicadores no tempo e no espaço. (Monge et al., 2003). Uma rede estará configurada pelo programa que designa os objetivos e as suas regras de funcionamento, por onde serão processados fluxos ou correntes de informação. Nas redes sociais e organizativas os atores sociais criam e programam as redes e interagem com outros atores sociais para promover seus valores e interesses. De acordo com Castells (2011b) as redes representam um conjunto de valores e interesses e competem ou cooperam entre si. E a cooperação se baseia em sua capacidade de comunicar-se através de protocolos de comunicação e do acesso a pontos de conexão.

As redes são, portanto, complexas estruturas de comunicação estabelecidas em torno de um conjunto de objetivos que garantem propósitos comuns e flexibilidade de execução devido a sua capacidade de adaptação ao entorno operativo. Podem ainda ser programadas e, ao mesmo tempo, autoconfiguráveis. Nas redes sociais e organizativas os objetivos e procedimentos operativos são programados pelos atores sociais. E a estrutura evolui de acordo com a capacidade da rede para autoconfigurar-se na busca interminável de disposições de rede mais eficientes. (Castells, 2011b).

A expansão dessa forma de comunicação possibilitou aos indivíduos a transferência de mensagens e imagens ou qualquer outro dado digitalizado conferindo aos atores sociais um empoderamento sem precedentes (Castells, 1999). E, entende-se, possibilitou uma aproximação com o conceito da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) ^v, divulgado no histórico Relatório *One World, Many Voices* produzido pela Comissão MacBride. (Pugnaloni, *in press*).

As rebeliões da África islâmica no final de 2010 instauraram uma realidade diversa de comunicação, apesar do cerceamento estatal, possibilitada pelas redes sociais. As antigas ditaduras da Tunísia e Egito acreditavam dominar a sociedade pelo controle do rádio, da televisão e da imprensa escrita. Mas o conhecimento pelas novas gerações dos conteúdos do *WikiLeaks* e o repasse da informação pelo *Facebook*, *Twitter* e e-mails foi relevante. Se autoinformaram, protestaram, criaram uma contraopinião pública, contribuindo para que ruísse o sistema, sublinha Ramonet (2013). E com semelhança a alguns dos objetivos centrais previstos no Relatório MacBride que abordou a prática da comunicação em uma perspectiva histórica, sociológica e política. O documento ressaltou a necessidade da promoção do respeito às culturas nacionais, uma comunicação horizontal, o desenvolvimento dos meios comunitários, de formas não mercantis de comunicação, e o apoio às causas justas dos povos na luta por sua liberdade e/ou por seus direitos (Dragón-Gumúcio, 2012).

4. Ecos da sociedade civil

A forma de mobilização e reivindicação pela comunicação individual e em rede torna-se uma realidade também no Brasil, em junho de 2013. Um movimento formado por jovens se iniciou ao lutar pela diminuição das tarifas no transporte na cidade de Porto Alegre, seguida de São Paulo. Multiplicando-se a partir daí por todo o país. Os manifestantes/ativistas, a exemplo das rebeliões árabes, comunicam-se e organizam-se pelo *Twitter* e *Facebook*. E à demanda inicial somaram-se outras pleiteando melhoria das estruturas básicas da sociedade, reformulação do sistema político, fim de gastos indevidos do dinheiro público.

As manifestações que eclodiram no Brasil, em junho de 2013, se iniciaram pelas redes sociais e foram apropriadas pela mídia de massa. O relatório MacBride (1983) estabeleceu que outra ordem aconteceria se fundamentada nos direitos individuais à livre expressão e informação. Tendo como pressupostos básicos o direito à associação, à participação, à organização para a construção de uma nova sociedade. Mas essa realidade eclodiu sem outro direito que o da luta, mobilizou milhões de pessoas e vingou mesmo sem o direito à liberdade. Na Tunísia o grito foi por “liberdade e dignidade” e a luta no Egito teve como os principais lemas “pão, liberdade e justiça”. No Brasil a mobilização nacional inicial “tarifa zero” desdobrou-se para “educação, saúde, transporte de qualidade e fim da corrupção”.

No Brasil a mobilização nacional iniciou com “tarifa zero” e evoluiu a reivindicar saúde, transporte e educação de qualidade. E o fim da corrupção que é endêmica. Os atores das mobilizações sociais brasileiras saíram para as ruas em 2013 e de forma permanente. O cotidiano das cidades brasileiras é pontuado por inúmeras manifestações que eclodem diariamente em todo o país e já deixaram feridos e um morto pelo caminho. Os manifestantes brasileiros bradam por escolas, hospitais, estradas, transportes e segurança. E reivindicam serviços e estrutura com o padrão FIFA, numa alusão às exigências feitas pela organização esportiva ao governo brasileiro. Manifestam-se também contra gastos excessivos com a copa do mundo entendendo que os vultuosos recursos deveriam ter sido investidos em infraestrutura, saúde, transporte e educação.

Percebe-se como relevante o mapeamento sobre a relação entre Autocomunicação de Massa, a difusão de mensagens pelas redes sociais e a cobertura midiática. Nomeadamente a relação entre as reivindicações das mobilizações iniciais de junho de 2013, ampliadas pela divulgação midiática, e as ações do poder público. E será necessário atentar ao fato de que dois fenômenos agem simultaneamente sobre os acontecimentos. A retroação, fenômeno circular no qual o próprio efeito atua sobre a causa. E a recursão, processo pelo qual os efeitos e os produtos são necessários para a sua própria produção e causa (Morin et al., 2013). A partir dessa concepção o questionamento que se impõem é se decisões políticas virão em resposta às reivindicações das ruas. Resultando efetivamente em ações práticas para a transformação social e o resgate das dívidas históricas do país com o seu povo. E se o quadro pintado por Darcy Ribeiro, no qual uma minoria está sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente, esteja sendo redesenhado.

Referências bibliográficas

- Barbrook, Richard (2009). *Futuros Imaginários*. Das máquinas pensantes à aldeia global. São Paulo: Peirópolis.
- Breton, Phillip; Proulux, Serge (2000). *A explosão da comunicação*. Lisboa: Bizâncio.
- Castells, Manuel (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, Manuel (2011a). *Las insurrecciones árabes que internet há inducido y facilitado*. Recuperado em 13 de Abril, 2011, de <http://manuelgross.bligoo.com/content/view/1414873/Manuel-Castells-Las-insurrecciones-arabes-que-Internet-ha-inducido-y-facilitado.html#content-top>.
- Castells, Manuel (2011b). *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza Editorial.
- Castells, Manuel (2012). *Redes de indignación y esperanza*. Los movimientos sociales em la era de internet. Madrid: Alianza Editorial.
- D’arcy, Jean (1969). *Le droit de l’homme à communiquer*. Direct broadcasting satellites and the right to communicate. In EBU Review.
- Dragón-Gumúcio, Alfonso (2007). *Comunicar la comunicación*. Guatemala, 2007. Recuperado em 27 de junho, 2011, de www.rebocultura.net/.../Comunicar%201a%0comunicación.%20Alfonso%20Gumucio.doc
- Dragón-Gumúcio, Alfonso (2012). Interación cultural y médios alternativos. (2012). In Dennis Oliveira. (Ed.). *Cultura e Comunicação na America Latina: integrar para além do mercado* (123-142). São Paulo: CELECC-ECA.

Food and Agriculture Organization of United Nations. The World Bank (2007). *World Congress of Communication for Development*. Lessons, Challenges, and the Way Forward. Washington DC, 307 p.

Hessel, Stéphane; Morin, Edgar (2011a). *Le chemin de l'espérance*. Paris: Fayard.

HESSEL, Stéphane (2011b). *Indignai-vos!* São Paulo: Leya.

Karatzogianni, Athina (2012). *Cyberconflict and the future of warfare*. Recuperado em 15 de setembro, 2013, de: http://works.bepress.com/athina_karatzogianni/8/.

Monge, Peter; Contractor, Noshir. (2003). *Theories of Communication Networks*. Oxford: Oxford University Press.

Moraes, Dênis (2013). Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. In Dênis Moraes, (Ed.), *Mídia Poder e contrapoder. Da concentração monopólica à democratização da informação* (103-144). São Paulo: Boitempo.

Morin, Edgar; Viviret, Patrick (2013). *Como viver em tempo de crise?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Mozorov, Eugene (2011a). *The internet delusion*. The dark side of internet freedom. New York: Public Affairs.

Mozorov, Eugene (2011b). *Facebook and Twitter are just places revolutionaries go*. Recuperado em 15 de Outubro, 2013, de <http://www.guardian.com.uk/comentsfree/2011/mar/07/facebook-twitter-revolutionaries-cyber-utopians>.

Pugnaloni, Clara M. *Comunicação para o Desenvolvimento*. Apoio a Projetos de Ajuda Humanitária em sociedades pós-conflito ou conflito latente. São Paulo: Annablume, *in press*.

Ribeiro, Darcy (2006). *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ramonet, Ignace (2013). “*Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados?*” In Moraes, D. (Org). *Mídia Poder e contrapoder*. Da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo.

RAMONET, Ignace (2012). *A explosão do jornalismo*. Das mídias de massa a massa de mídias. Tradução de Douglas Estevam. São Paulo: Publisher Brasil.

Souza Santos, Boaventura (1989). *Os direitos humanos na pós-modernidade*. Coimbra: CES.

Steinberg, Charles (1970). (Org.). *Meios de Comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix.

Schiller, Dan (2007). *How to think about information*. Urbana: University of Illinois Press.

UNESCO (1983). *Um mundo muitas vozes: comunicação e informação na nossa época/ Comissão Internacional para o estudo dos Problemas da Comunicação*. Tradução de Eliane Zagury. Rio de Janeiro: FGV.

Weaver, Warren (1946). The mathematics of communication. *Scientific American*, Boston, vol. 181, p.11

Weiner, Norbert (1952). *Cybernetique et société*. Paris: Deux-Rives.

ⁱ Ver Weaver, Warren (1946). The mathematics of communication. *Scientific American*, vol 181, p.11.

ⁱⁱ Ver Wiener, Norbert (1948) *Cybernetics*. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/66686625/Wiener-Norbert-Cybernetics-Or-Control-and-Communication-in-the-Animal-and-the-Machine>. Acesso em: 19. Mai.2011.

ⁱⁱⁱ Textos relacionados de garantia do direito à informação e comunicação:

Art. 19 da *Declaração dos direitos humanos* (1948) em que fica explicitado que o direito de liberdade de opinião e de expressão garante “não ser incomodado por causa de suas opiniões, pesquisar e receber informações e opiniões e o de difundi-las, sem limitação de fronteiras, por qualquer meio de expressão”.

O *Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos* (1966) afirma que o “direito à liberdade de expressão compreende a liberdade de procurar, receber e difundir informações e idéias de qualquer natureza, sem considerar fronteiras, seja oralmente, por escrito ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro procedimento da sua escolha”.

A *Declaração dos princípios da cooperação cultural internacional*, aprovada na Conferência Geral da Unesco (1966) declara que: “a ampla difusão das ideias e dos conhecimentos, baseada no intercâmbio e na confrontação mais livres, é essencial para a atividade criadora, a procura da verdade e o cabal desenvolvimento da pessoa humana”.

Art II da Declaração sobre os princípios fundamentais em relação à contribuição dos meios de comunicação de massas para o fortalecimento da paz e da compreensão internacional, para a promoção dos direitos humanos e para a luta contra o racismo e o *apartheid* e a incitação à guerra. Unesco (1978) declara: “o exercício da liberdade de opinião, da liberdade de expressão e da liberdade de informação, reconhecido como parte integrante dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, constitui um fator essencial do fortalecimento da paz e da compreensão internacional”.

Declaração dos governos dos Estados fundadores na constituição da Unesco: (1946) para garantir “a possibilidade de pesquisar livremente a verdade objetiva e o livre intercâmbio de ideias e de conhecimentos” resolveram “desenvolver e intensificar as relações entre os seus povos, a fim de que esses se compreendam melhor entre si e adquiram conhecimento mais preciso e verdadeiro das suas respectivas vidas”.

^{iv} Estamos a nos referir - além dos direitos civis e políticos integrantes aos direitos humanos de primeira geração e aos direitos sociais e econômicos relativos aos direitos de segunda geração - ao que se pode considerar a terceira geração de direitos humanos: os direitos culturais, pós-materialistas, anunciadores de modos de vida alternativos (ecológicos, feministas, pacifistas, anti-racistas, anti-nucleares), conforme conceitua Souza Santos (1989).

^v Conceito divulgado no Relatório MacBride, publicação da UNESCO *One World, Many Voices* produzido pela Comissão MacBride, composta por 16 notáveis em comunicação de vários países, entre eles os latinoamericanos Gabriel Garcia Marques e Juan Somávia, presidida pelo Nobel da Paz Sean MacBride, fundador da Anistia Internacional. Na divulgação do relatório, em 1980, Estados Unidos e Grã-Bretanha desligaram-se da UNESCO por discordarem do conteúdo considerando-o muito progressista, retirando mais de 90% do total de doações da agência. Somente voltaram a compor a UNESCO mediante promessa de que o relatório nunca mais fosse divulgado. <http://www.communicationofsocialchange.org/mazi-articles.php?>